



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**Processo nº 8500504-04.2011.8.06.0026.**

**PARECER**

Trata-se de Procedimento Administrativo originado através do Ofício nº 14/2011, oriundo do Sindicato dos Notários, Registradores e Distribuidores do Estado do Ceará, no qual requer a esta Corregedoria a “**baixa de um provimento acerca da não recepção** dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei 1.537/77 pela ordem constitucional vigente, afim de que, em **caráter administrativo geral e vinculante**, se possa unificar o procedimento cartorário em todo o Estado do Ceará” (fls. 3/5).

Cópias reprográficas de alguns julgados sobre o assunto em tela juntadas às fls. 07/60.

Parecer do Ilustre Juiz Corregedor Auxiliar Francisco Jaime Medeiros Neto acostado às fls. 68/69, afirmando que o sindicato em questão faz a esta casa censora uma consulta sobre questão jurídica, devendo o mesmo ser analisado pela Assessoria Jurídica da Corregedoria para a emissão de parecer, nos termos do art. 19, incisos I e II do Regimento Interno desta Corregedoria.

É o relatório.

Passo a opinar.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um sistema misto de controle judicial de constitucionalidade, combinando o controle concentrado e o difuso.

A Carta Magna, no *caput* do seu artigo 102, atribuiu ao Supremo Tribunal Federal a função de guardião do texto constitucional. É ele o único órgão com competência para declarar a inconstitucionalidade de lei pela via abstrata, ou seja, independente da existência de lide ou conflito de interesses (c/c inciso I, ‘a’ do mesmo artigo).

O Supremo Tribunal Federal possui também o poder de decidir sobre a constitucionalidade das normas jurídicas aprovadas antes da entrada em vigor da Constituição de 1988.

O controle de constitucionalidade de norma pré-constitucional frente à constituição atual é feito por meio do controle concentrado de constitucionalidade. A Constituição de 1988 (art. 102, §1º) previu o instrumento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) que, de acordo com o disposto na Lei Federal de n. 9.882/99 que a regulamenta, permite que o controle recaia sobre atos normativos editados anteriormente à atual Carta Magna.

O pedido formulado no presente Processo Administrativo consiste na declaração de não recepção dos art. 1º e 2º do Decreto-Lei 1.537/77 pela ordem constitucional vigente. Ocorre que, tal declaração só é possível em processo concentrado

de controle de constitucionalidade (ADPF), matéria que foge totalmente à competência desta casa censora, tudo em conformidade com o art. 14 do Regimento Interno desta Corregedoria e art. 59 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará.

A Corregedoria Geral de Justiça deve ser compreendida como órgão do Poder Judiciário Estadual a quem compete a atividade de controle e fiscalização das atividades administrativas das unidades judiciárias ou das serventias extrajudiciais a ela subjugadas.

Logo, é atribuição desta Casa Censora, dentre outras, expedir instruções à boa execução dos serviços judiciários, não sendo razoável que se espere sua manifestação quando a legalidade ou inconstitucionalidade de cobrança de emolumentos.

No caso dos autos, a Corregedoria Geral de Justiça é chamada a se manifestar sobre a “não recepção” dos art. 1º e 2º do Decreto-Lei 1.537/77, o que significa, em grosso modo, atribuir-lhe competência de jurisdição constitucional que, na verdade, não detém.

Isso importa dizer que a Casa Correicional é de natureza meramente administrativa, sendo órgão interno de controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário Estadual, devendo manter o respeito devido ao princípio da separação e independência dos poderes, mantendo vivo o núcleo político deste princípio, mediante a “preservação da função jurisdicional típica do Judiciário, e das condições materiais do seu exercício imparcial e independente”<sup>1</sup>.

Conforme ensina a melhor doutrina:

“A conclusão mais consentânea com o sistema brasileiro vigente, portanto, há de ser no sentido de que a autoridade administrativa não pode deixar de aplicar uma lei por considerá-la inconstitucional, ou mais exatamente, a de que a autoridade administrativa não tem competência para decidir se uma lei é, ou não é inconstitucional”<sup>2</sup>.

A jurisprudência da Suprema Corte Brasileira, por sua vez, recusa o exercício de controle de constitucionalidade por órgãos administrativos. Senão vejamos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO DE PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DE CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO CNJ. IMPOSSIBILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA A QUE SE NEGOU PROVIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.

I – O Conselho Nacional de Justiça, embora seja órgão do Poder Judiciário, nos termos do art. 103-B, § 4º, II, da Constituição Federal, possui, tão somente, atribuições de natureza administrativa e, nesse sentido, não lhe é permitido apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos, mas somente sua legalidade.

II – Agravo improvido.

(STF, MS 28872 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, Julgado em 24/02/2011, Dje 051 de 18/03/2011)

Devemos destacar que eventual decisão administrativa sobre o tema em tela só serviria para consolidar um estado de incerteza quanto à aplicação da norma pré-constitucional, tendo em vista que apenas a declaração do STF, em controle concentrado (ADPF) pode emanar os efeitos amplos e obrigatórios requeridos na inicial.

O controle de constitucionalidade de norma pré-constitucional frente à constituição atual só pode ser feito por meio de ADPF, logo, resta claro que qualquer manifestação desta corregedoria nesse sentido implicaria em usurpação da competência reservada ao Pretório Excelso.

<sup>1</sup> STF, ADI 3367/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 12/04/2005, DJ 17/03/2006.

<sup>2</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Algumas questões do processo administrativo tributário. In MARTINS, Ives Gandrada Silva (coord). Processo administrativo Tributário. 2ª ed. São paulo: RT, 2002, págs. 153-154.

Nesse sentido podemos destacar decisão do Superior Tribunal de Justiça exarada no Agravo de Instrumento nº 1113975 - RS:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REGISTRO DE ESCRITURAS PÚBLICAS. PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. TAXA SELIC. SÚMULA 284/STF. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO-PROVIDO: [...] Com efeito, refoge da competência desta Corte a apreciação de matéria de cunho eminentemente constitucional, por meio de recurso especial, cabendo, tão-somente, ao STF o exame de eventual ofensa. Nesse sentido: “A análise de fundamentação de índole constitucional no âmbito desta Corte implica a usurpação da competência reservada ao Pretório Excelso”. (Resp 927.794/RJ, Rel. Min. Castro Meira, DJ 25.2.2008, p. 1). Não se conhece de recurso especial quando a decisão atacada baseou-se, como fundamento central, em matéria de cunho eminentemente constitucional. (AgRg no Ag 933.724/SP, Rel. Min. José Delgado, DJ 1.2.2008, p. 449). *Grifo nosso*.

Cumpre-nos ainda destacar que já existe Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental tramitando perante o STF, protocolada sob o nº 194, em 09/10/2009, com objetivo contrário ao visado no presente processo administrativo, posto que requer a declaração da recepção do Decreto-Lei nº 1.533/77 pela ordem constitucional vigente.

Referida ADPF ainda não possui decisão de mérito, mas, consta na mesma, parecer da Advocacia Geral da União que possui conclusão no seguinte sentido:

“Por todo o exposto, manifesta-se o Advogado-Geral da União pelo conhecimento da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental e, no mérito, pela procedência do pedido, para declarar a desconformidade com o texto constitucional da interpretação conferida pelas autoridades arguidas, declarando-se a recepção do Decreto-Lei nº 1.537/11 pelo vigente ordenamento constitucional.”

Ante o exposto, opino pelo indeferimento do presente pedido, reconhecendo não competir a esta colenda Corregedoria Geral de Justiça manifestar-se sobre a constitucionalidade ou recepção de lei, com fundamento nos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais apresentados, sugerindo, por consequência, o arquivamento dos presentes autos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Fortaleza (CE), de fevereiro de 2012.

Marília Rodrigues Façanha  
Assessora Jurídica da Corregedoria



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Processo nº 8500504-04.2011.8.06.0026.**

**Interessado: SINDICATO DOS NOTARIOS, REGISTRADORES E  
DISTRIBUIDORES DO ESTADO DO CEARA - SINOREDI-CE.**

**DECISÃO:**

Postula o **SINDICATO DOS NOTÁRIOS, REGISTRADORES E DISTRIBUIDORES DO ESTADO DO CEARÁ (SINOREDI-CE)** a “*baixa de um provimento acerca da não recepção dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei 1.537/77 pela ordem constitucional vigente, afim de que, em caráter administrativo geral e vinculante, se possa unificar o procedimento cartorário em todo o Estado do Ceará*” (fls. 3/5).

Feito inicialmente distribuído ao Exmo. Juiz Corregedor Auxiliar Francisco Jaime Medeiros Neto e, posteriormente, para a Assessoria Jurídica desta Casa Correicional.

Esse o relatório, no essencial.

Decido.

Após analisar detidamente os presentes autos digitais, vislumbrei que não pode ser acolhido o pleito apresentado pelo **SINOREDI-CE** a esta Corregedoria Geral.

Deveras, o pedido contido na exordial do presente procedimento administrativo refoge ao âmbito de atuação deste Órgão Censor, conforme dispõem as normas contidas nos artigos 14 do Regimento Interno da CGJ/CE e 59 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará.

Assim, como bem ressaltou a assessora Marília Rodrigues Façanha, esta Corregedoria *“deve ser compreendida como órgão do Poder Judiciário Estadual a quem compete a atividade de controle e fiscalização das atividades administrativas das unidades judiciárias ou das serventias extrajudiciais a ela subjugadas. Logo, é atribuição desta Casa Censora , dentre outras, expedir instruções à boa execução dos serviços judiciários, não sendo razoável que se espere sua manifestação quando a legalidade ou inconstitucionalidade de cobrança de emolumentos. No caso dos autos, a Corregedoria Geral de Justiça é chamada a se manifestar sobre a “não recepção” dos art. 1º e 2º do do Decreto-Lei 1.537/77, o que significa, em grosso modo, atribuir-lhe competência de jurisdição constitucional que, na verdade, não detém”* (fls. 78).

Pelo exposto, acolho o parecer de fls. 77/79, por seus próprios fundamentos, que adoto, e indefiro a postulação em exame.

Comunique-se e, após, arquivem-se.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 10 de abril de 2012.

**DESA. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR**  
**Corregedora-Geral da Justiça**